

Ata de Correição Ordinária

Corregedoria Regional - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



**ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DO 1.º GRAU DE JURISDIÇÃO - OLINDA (CEJUSC -
OLINDA), EM 25 DE ABRIL DE 2024**

No dia 25 de abril de 2024, às 9 (nove) horas, compareceu ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1.º grau de jurisdição – Olinda (CEJUSC – Olinda), situado na Rodovia PE-15, Km 4,8. Cidade Tabajara, Olinda - PE, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional do TRT da 6.ª Região, Dr. Fábio André de Farias, a Excelentíssima Juíza Auxiliar da Corregedoria, Renata Conceição Nóbrega Santos, acompanhado das servidoras Renata Maria Pessoa Maranhão de Lima (Secretária da Corregedoria Regional), Carolina Torres Figueirôa (Assessora de Gabinete) e Paula Yuriko Shimoya Sugimoto, para, com fundamento no inciso I do artigo 21 do Regimento Interno da Corte, realizar a Correição Ordinária veiculada no Edital de Correições Ordinárias n.º 05/2024, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, em 29 de fevereiro de 2024, com processo registrado no PJeCOR sob numeração 0000130-14.2024.2.00.0506. Registra-se que, além das servidoras e dos servidores acima mencionadas e mencionados, a equipe de correição é composta também por Jonathan Castro Alves Vilela (Assessor de Gabinete), Ircia Santos Bezerra (Assistente de Gabinete), Saulo da Silva Brilhante (Assistente de Gabinete) e Henrique Bezerra Valença (Assistente Secretário), que atuaram no levantamento e coleta de dados de forma remota, e, ainda, por Maria Júlia Belo Pessoa de Lima Barreto (Assessora-Chefe de Gabinete), que se encontra em gozo de licença.

Em atividade, na ocasião, o Excelentíssimo Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau de Jurisdição – CEJUSC JT/1º Grau de Olinda/PE, Dr. Antônio Augusto Serra Seca Neto, bem como o Conciliador Chefe-Substituto Luiz Prestes Tenório Cavalcanti Neto, os demais servidores lotados na unidade: Mateus Abreu de Albuquerque, o estagiário Renato Gabriel Oliveira e Silva e a aprendiz Maria Eduarda da Silva de Oliveira. Ressalta-se que a servidora Flávia Marinho Brayner encontra-se afastada em razão de licença, bem como a Conciliadora-Chefe Juliana Lima Bezerra encontra-se em gozo de férias.

Em resposta às perguntas formuladas no questionário correcional, encaminhada em 29.02.2024, e durante a Correição, a Conciliadora-Chefe asseverou que o horário de funcionamento do Cejusc é de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, sendo que o horário de atendimento ao público é das 8h às 14h. Informou que continua sendo disponibilizado às partes e aos advogados os meios de comunicação virtual, assim como o balcão virtual durante todo o horário de atendimento ao público. No mesmo viés, assentou que o atendimento do balcão virtual fica com o estagiário e com a aprendiz, sempre supervisionados por 1 (um) servidor, também presente na Unidade. Destacou, ainda, que o atendimento presencial conta, normalmente, com 02 (dois) conciliadores, 01 (um) estagiário e 01 (um) aprendiz, havendo apenas 01 (um) servidor em teletrabalho diariamente, de modo a respeitar o percentual de 30% de servidores em teletrabalho, nos termos da Resolução Administrativa TRT6 n.º 03/2022. Os PROAD's dos servidores que realizam teletrabalho são: 14.201/2023 (Luiz Prestes Tenório Cavalcanti Neto) e 14.205/2023 (Juliana Lima Bezerra).

Com base nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria da Unidade Judiciária, na análise dos autos de processos e nos dados dos sistemas processuais PJe (Processo Judicial Eletrônico), e-Gestão (Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho), Sistema SRH, Observatório e Painel de Metas CSJT apurou-se o que segue:

1. INFORMAÇÕES PREAMBULARES: (ok)

Juiz Coordenador do CEJUSC - Olinda	Antônio Augusto Serra Seca Neto (Juiz substituto Auxiliar da 1ª Vara do Trabalho de Olinda) (PORTARIA TRT6-GP nº 28/2023 – biênio 2023/2025)
Juíza Supervisora e Coordenadora Suplente do CEJUSC - Olinda	Martha Cristina do Nascimento Cantalice (Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Olinda) (PORTARIA TRT6-GP nº 28/2023 – biênio 2023/2025)
Jurisdição atendida	“O CEJUSC-JT/1º Grau Olinda, tem sede em Olinda/PE e competência em todas as Varas desse município e, de forma itinerante, na Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata” – art. 2º, § 1º, da Resolução Administrativa TRT n.º 25/2017 (Alterado)



	por força do art. 1º da RA TRT GP Nº 15/2020)
Varas com adesão integral	1ª Vara do Trabalho de Olinda (desde 30/11/2017); 2ª Vara do Trabalho de Olinda (desde 01/06/2018); 3ª Vara do Trabalho de Olinda (desde 30/11/2017); 4ª Vara do Trabalho de Olinda (desde 15/04/2022).
Varas com adesão parcial	Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata
Norma de criação	Resolução Administrativa TRT n.º 25/2017
Data de inauguração	30.11.2017
Data da última correição realizada	18.07.2023

Observações:

a) Em conformidade com o art. 3.º da Resolução Administrativa TRT n.º 25/2017 (alterado por força do art. 1º da Resolução Administrativa TRT-GP n.º 15/2020), e art. 1.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, o CEJUSC - Olinda será integrado por 2 (dois) Juizes do Trabalho (Titular e/ou Substituto), atuando um deles como Coordenador e outro como Supervisor e suplente nas ausências e impedimentos, cujos mandatos coincidirão com o do Presidente do Tribunal, sendo permitida 1 (uma) recondução por igual período;

b) De acordo com o art. 2.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, compete ao Juiz Coordenador de CEJUSC-JT/1.º Grau: I - orientar, fiscalizar e supervisionar as atividades do Centro; II - decidir sobre as questões administrativas e processuais; III - solicitar, de outras unidades jurisdicionais, remessa de processos com o intuito de organizar pautas de audiência, cujo pleito será livremente examinado e decidido pelos juizes titulares ou substitutos que nelas atuem; IV - adotar providências para a integração das Varas do Trabalho participantes, inclusive no tocante à elaboração das pautas e ao cumprimento das determinações e diligências delas decorrentes; V – elaborar relatório mensal das atividades, contendo, entre outras informações, a quantidade de processos incluídos em pauta, a quantidade de audiências realizadas e de processos conciliados, especificando os que estão na fase conhecimento ou de execução, bem como o valor dos acordos homologados, enviando-o, por meio eletrônico, à Presidência, Corregedoria Regional e Coordenadoria de Gestão Estratégica; e VI - adotar outras providências necessárias, nos limites das atribuições inerentes ao CEJUSC-JT/1.º Grau ao qual esteja vinculado;

c) Consoante art. 6.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, quando escalado para atuar nos CEJUSCs-JT/1.º Grau, compete ao Juiz do Trabalho: I – orientar, fiscalizar e supervisionar as atividades ali desenvolvidas (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); II – organizar as escalas de trabalho (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); III – analisar os termos de acordo para fins de homologação (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); IV - receber requerimentos incidentais, resposta da parte e dar vista de documentos, concedendo prazo (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); V – aplicar o previsto no artigo 844, da CLT, proferindo decisão de arquivamento e, constatada a revelia, determinar a remessa dos autos à Vara do Trabalho de origem para decidir acerca da aplicação dos seus efeitos (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); VI – apreciar requerimentos nos processos em tramitação nos Centros que não contenham teor decisório acerca da questão jurídica que envolve a disputa (Alterado por força do Ato TRT GP n.º 137/2019); VII – decidir os pedidos de tutelas provisórias; VIII - decidir os requerimentos que lhe forem submetidos nos processos que ali estejam tramitando; e IX - adotar outras providências necessárias com vistas à celeridade processual, nos limites das atribuições inerentes aos CEJUSCs-JT/1.º Grau;

d) A inauguração das instalações físicas ocorreu em 30/11/2017, em sala localizada no 1.º andar do Fórum Trabalhista do Município de Olinda, contando, inicialmente, com a adesão das 1ª e 3ª Varas do Trabalho de Olinda, mediante assistência de 03 (três) conciliadores. A partir de junho de 2018, houve a adesão da 2ª Vara do Trabalho de Olinda, com realização de audiências a partir de agosto de 2018, sendo que a partir de Julho/2019 a 2ª VT retirou das atribuições do CEJUSC realização das audiências iniciais dos processos sob o rito ordinário, passando a remeter os processos de instrução e processos de execução para tentativa de conciliação, situação que perdura até o presente momento. Durante o período pandêmico a 3ª VT de Olinda também suspendeu a remessa de processos para audiências iniciais pela via telepresencial a partir do mês de Maio/2020, mas em janeiro de 2022 voltou a enviar processos ímpares para tentativa de conciliação. Em abril de 2023, a 4ª VT de Olinda iniciou a remessa dos autos para análise de acordos e para designação de audiências de tentativa de conciliação. Dessa forma, está se realizando as audiências iniciais dos processos



da 1ª, 3ª e 4ª VT's de Olinda e, bem assim, dos processos da 2ª VT de Olinda e da Vara Única do Trabalho de São Lourenço da Mata para a tentativa de conciliação.

2. QUADRO ATUAL DE SERVIDORES:

NOME	CARGO	FUNÇÃO
Juliana Lima Bezerra	Técnica Judiciária	Conciliadora-Chefe - CEJUSC - JT/Primeiro Grau em Olinda
Flávia Marinho Brayner (afastada)	Técnica Judiciária	-
Luiz Prestes Tenório Cavalcanti Neto	Técnico Judiciário	Conciliador do Primeiro Grau em Olinda
Mateus Abreu de Albuquerque	Técnico Judiciário	Conciliador do Primeiro Grau em Olinda

TOTAL DE AFASTAMENTOS*	TOTAL DE DIAS DE AFASTAMENTO
15	343

*À exceção do período de férias, relativamente ao lapso de 18/07/2023 a 17/04/2024 (Informações obtidas através do Sistema SRH - "Relatório de Afastamentos e Ausências", alimentado através da Secretaria de Gestão de Pessoas/Coordenação de Administração de Pessoal).

Observações: a) De acordo com o parágrafo único do art. 4º da Resolução Administrativa TRT n.º 25/2017, e art. 1.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, o CEJUSC – Olinda deve contar com espaço físico, mobiliário adequado e estrutura funcional própria para execução dos trabalhos e controle estatístico;

b) Em conformidade com o art. 3.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, os servidores designados Conciliadores terão as seguintes atribuições: I - prestar auxílio ao Juiz Coordenador na supervisão das atividades; II - atender as partes e advogados, bem como os terceiros interessados, prestando-lhes informações sobre os feitos que ali estejam tramitando; III - expedir certidões, lavrar termos nos autos e praticar atos processuais necessários ao bom andamento dos serviços que lhe são afetos; IV - submeter ao Juiz Coordenador as questões processuais e administrativas relevantes; V - auxiliar os trabalhos de conciliação e organização das pautas de audiência; e VI - executar os demais atos e medidas relacionados com as finalidades inerentes aos CEJUSCs-JT/1º Grau; e

c) A Unidade conta, no momento, com um estagiário em seu quadro: Renato Gabriel Oliveira e Silva, desde 03/07/2023.

3. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

A Conciliadora-Chefe informou que o Cejusc funciona de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h, com horário de atendimento ao público das 8h às 14h.

Assentou que o magistrado Coordenador do Cejusc-JT de Olinda, Dr. Antônio Augusto Serra Seca Neto, atua como juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Olinda e, cumulativamente, coordena o centro de conciliação.

Por fim, destacou que o Juiz Coordenador está disponível o dia inteiro, de segunda a sexta-feira, analisando as minutas, despachando, homologando os acordos, bem como, orientando os conciliadores.

4. ATIVIDADES DA UNIDADE:

O CEJUSC – Olinda tem, como principal atividade, conciliar e mediar os processos em tramitação no 1.º Grau da área geográfica respectiva, em colaboração com as Varas do Trabalho da referida jurisdição, realizando audiências iniciais/de conciliação (nas fases de conhecimento e execução), além das atribuições previstas na Resolução n.º 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza a



conciliação, também, de processos em grau de recurso. Tem competência “em todas as Varas desse município e, de forma itinerante, na Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata” (art. 2º, § 1º, da Resolução Administrativa TRT n.º 25/2017 (Alterado por força do art. 1º da RA TRT GP Nº 15/2020).

De acordo com o parágrafo único do artigo 1.º do Ato TRT-GP n.º 306/2017, de 30/10/2017, que disciplina o funcionamento dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas no 1.º Grau de Jurisdição – CEJUSCs-JT/1.º Grau, a adesão de Vara do Trabalho ao CEJUSC-JT/1.º Grau da jurisdição será automática, mediante requerimento do Juiz Titular, devendo o Coordenador formalizar o respectivo termo de adesão.

Conforme constatado, atualmente mantém adesão plena (irrestrita, integral), à Unidade Correicionada, as 1.ª, 2ª e 3.ª e 4ª Varas do Trabalho de Olinda e, de forma parcial, a Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata.

Consoante informações prestadas, o CEJUSC/1º GRAU de Olinda desempenha as seguintes atividades:

- a) Realização de audiências de tentativa de conciliação e, também, das audiências iniciais;
- b) Realização de reunião telepresencial com advogados para fomentar acordos;
- c) Lavratura do termo de acordo, em caso de sucesso na conciliação, já com força de alvará e, mediante despacho, a devolução do processo à Vara de origem, a fim de que seja acompanhado o cumprimento da conciliação;
- d) Em casos de acordo frustrado, a instalação da audiência pelo conciliador (com a supervisão do juiz coordenador) que recebe a contestação, designa os prazos para juntada e manifestação sobre documentos, resolve os incidentes pendentes (tutelas, habilitação de herdeiros, intervenção de terceiros e exceções), além de dar ciência às partes da data e horário da sessão em continuação. Nas situações de revelia, a critério do Juízo Coordenador, colhe-se o depoimento da parte presente e o processo é enviado para que o juízo da vara do trabalho de origem tome as providências que julgar serem necessárias;
- e) Seleção de processos de rito sumaríssimo e em fase de execução, bem como a identificação dos grandes litigantes, para inclusão de feitos em pauta de tentativa de conciliação, com intimação das partes e advogados realizada pelo CEJUSC/1º GRAU de Olinda;
- f) Atendimento dos processos extra pauta, ou seja, das partes que espontaneamente comparecem à unidade para celebração de acordo ou peticionam nos autos os termos do acordo, com recebimento do processo na unidade, elaboração do termo de acordo e ulterior devolução à Vara de origem;
- g) Análises e homologação dos acordos nos processos de Homologação de Transação Extrajudicial (HTE) que são remetidos para a unidade CEJUSC/1º GRAU de Olinda;
- h) Elaboração de pauta temática (por empresa ou advogado), a requerimento dos interessados;
- i) Expedição de certidões, despachos, ofícios, declarações de comparecimento, intimações e encaminhamento para publicação DEJT;
- j) Intermediação da negociação em ações coletivas para celebração de acordos com grande número de substituídos, sempre que houver;
- k) Envio de relatórios com dados estatísticos.
- l) Atendimento das partes e advogados por e-mails, WhatsApp, balcão virtual, telefônico fixo, telefone celular do CEJUSC/1º GRAU de Olinda;, assim como também, telefones pessoais dos conciliadores.

5. DADOS COMPLEMENTARES:

5.1. INSPEÇÃO ORDINÁRIA: (...) c) exposição dos serviços/atividades da Unidade; As principais atividades do CEJUSC-JT de Olinda são: 1 - Realização de audiências iniciais em processos do rito ordinário, assim como também audiências de tentativa de conciliação nos processos de ritos sumaríssimo e



ordinário, tanto na fase de conhecimento, quanto nas fases de liquidação e de execução; 2 - Realização de reunião com advogados para fomentar o acordo ou para alinhar diretrizes para que se processem audiências de conciliação temáticas; 3 - Sendo frutífera a conciliação, este Centro de Conciliação lavra o termo de acordo, se necessário, já com força de alvará e, independentemente de despacho, devolve o processo à Vara de origem, a fim de ser acompanhado o cumprimento do acordo homologado; 4 - Quando realizadas audiências iniciais, frustrado o acordo, o/a conciliador(a), com a supervisão do Juízo Coordenador, instala a audiência, recebe a contestação, designa os prazos para juntada e manifestação sobre documentos, bem com, nos processos oriundos da 1ª e 3ª Varas do Trabalho de Olinda, já cientifica as partes acerca da data e horário da sessão em continuação. Nos casos de ausência da parte autora, é feito o registro na ata de audiência e os autos são remetidos à vara de origem; 5 - Atendimento em processos “extra pauta”, ou seja, acolhimento das partes que espontaneamente comparecem ao Centro de Conciliação para celebração de acordo ou atendimento àquelas partes que peticionam nos autos informando que uma conciliação está sendo entabulada, com a respectiva remessa do processo a este Centro de Conciliação, elaboração do termo de acordo e ulterior devolução à Vara de origem; 6 - Análise, homologação dos acordos ou designação de audiência em feitos da classe processual Homologação de Transação Extrajudicial (HTE), quando são remetidos pela unidade de origem a este CEJUSC; 7 - Elaboração de pauta temática (por empresa ou advogado), a requerimento dos interessados; 8 - Expedição de certidões, despachos, ofícios, declarações de comparecimento, intimações e encaminhamento de comunicação para publicação no DEJT; 9 - Mediar negociações em ações coletivas com objetivo conciliatório em processos com grande número de substituídos; 10 - Confeção e envio de relatórios contendo dados estatísticos. 11 - Interação constante com as partes e os advogados, pessoalmente, por e-mails, WhatsApp, balcão virtual e telefones (fixo e celular do CEJUSC). **d) narração do modo (alcançando procedimentos prévios e subsequentes porventura aplicados) de realização das audiências, conforme o rito processual;** Neste Centro de Conciliação, ao longo do período de 2023, audiências iniciais em processo do rito ordinário, assim como também audiências de tentativa de conciliação de ritos sumaríssimo e ordinário, tanto na fase de conhecimento, quanto nas fases de liquidação e de execução. **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DE OLINDA - PE** Salienta-se que as audiências realizadas no CEJUSC-JT de Olinda, tanto iniciais, quanto as de tentativa de conciliação, são realizadas nos formatos presencial e telepresencial. **e) levantamento estatístico (trazendo, especialmente, quantitativo de audiências realizadas, índice de conciliação e valores pagos/recolhidos);** No ano de 2023, o CEJUSC-JT de Olinda obteve o quantitativo de número de acordos de 1.328. Conforme dados estatísticos deste E. Tribunal, do paralelo entre os anos-base 2023 e 2022, percebemos que houve um aumento considerável no número de audiências, uma vez que, em 2022 foram 2.581 audiências, enquanto que em 2023 foram 2.834 audiências, então houve um aumento de aproximadamente 10% com relação às sessões celebradas por este Centro de Conciliação. Vale salientar que o valor total destinado aos reclamantes com os acordos celebrados no ano de 2023 totalizou de R\$ 14.489.641,42, já em 2022 esse valor ficou em 12.581.900,03, ou seja, no ano de 2023 o aumento desse item ficou no índice de 13,16%. (...)”

5.2. QUANTITATIVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO: Nesta data (24.04.2024), eis o quantitativo de processos em tramitação no CEJUSC/1º GRAU de Olinda, conforme dados do PJe:

FASE DE CONHECIMENTO:

TAREFA	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	PROCESSO	DATA DA PENDÊNCIA MAIS ANTIGA
Aguardando audiência	61	0000109-63.2024.5.06.0104	08/03/2024
Análise	5	0000309-79.2024.5.06.0101	23/04/2024
Assinar despacho	3	0001411-64.2023.5.06.0104	23/04/2024
Triagem inicial	9	0000895-53.2023.5.06.0101	23/04/2024
TOTAL	78	-	-



FASE DE LIQUIDAÇÃO:

TAREFA	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	PROCESSO	DATA DA PENDÊNCIA MAIS ANTIGA
Aguardando audiência	2	0001512-38.2022.5.06.0104	15/04/2024

FASE DE EXECUÇÃO:

TAREFA	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	PROCESSO	DATA DA PENDÊNCIA MAIS ANTIGA
Aguardando audiência	6	0002045-55.2012.5.06.0101	25/03/2024
Assinar despacho	3	0000584-33.2021.5.06.0101	23/04/2024
Triagem Inicial	1	0000846-14.2020.5.06.0102	23/04/2024
TOTAL	10	-	-

5.3. DA DINÂMICA E ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO E DAS AUDIÊNCIAS:

5.3.1 A Coordenadora do Centro prestou as seguintes informações quanto às principais atividades exercidas no CEJUSC/1º GRAU – OLINDA:

- Realização das audiências para tentativa de conciliação, bem como das audiências iniciais;
- Realização de reuniões telepresenciais com advogados para fomentar os acordos;
- Lavratura do termo de acordo, quando a conciliação é frutífera, já com força de alvará, devolvendo-se o processo à Vara de origem, mediante despacho, a fim de que respectivo cumprimento seja devidamente acompanhado;
- Instalação de audiência, recebimento da contestação, designação dos prazos para juntada e manifestação sobre documentos, nomeação de perito com fixação prazo apresentação do rol de quesitos, resolução incidentes pendentes (tutelas, habilitação de herdeiros, intervenção de terceiros e exceções), e ciência às partes acerca da data e horário da sessão em continuação, a serem realizados pelo conciliador com a supervisão do juiz coordenador, sempre que o acordo resta frustrado;
- Coleta - nas situações de revelia, a critério do Juízo Coordenador - do depoimento da parte presente, enviando-se o processo ao juízo de origem para que sejam tomadas as providências que julgue necessárias;
- Seleção de processos de rito sumaríssimo e da fase de execução, bem como a identificação dos grandes litigantes, a fim de que os feitos sejam incluídos em pauta de tentativa de conciliação, com intimação das partes e advogados realizada pelo próprio CEJUSC/1º GRAU de Olinda;
- Atendimento dos processos extrapauta, sempre que as partes comparecem à unidade, espontaneamente, para celebração de acordo ou peticionam, nos autos, os seus termos, com recebimento do processo na unidade, elaboração do termo de conciliação e ulterior devolução à Vara de origem;
- Análise/homologação dos acordos em processos para Homologação de Transação Extrajudicial (HTE), sempre que remetidos ao CEJUSC-JT de Olinda;
- Elaboração de pauta temática (por empresa ou advogado), a requerimento dos interessados;
- Expedição de certidões, despachos, ofícios, declarações de comparecimento e intimações, encaminhando-se, sempre que for a hipótese, para publicação no DEJT;
- Intermediação das negociações em ações coletivas para celebração de acordos com grande número de substituídos, sempre que houver;
- Envio aos órgãos competentes de relatórios com dados estatísticos;
- Atendimento das partes e advogados por *e-mail*, *WhatsApp*, balcão virtual, telefônico fixo e telefone celular do CEJUSC-JT de Olinda, além dos telefones pessoais dos conciliadores.



5.3.2 Restou esclarecido, em relação ao modo (alcançando procedimentos prévios e subsequentes eventualmente aplicados) de realização das audiências, conforme o rito processual, os seguintes esclarecimentos:

- Em relação à 1ª Vara do Trabalho de Olinda:
 - a. São realizadas apenas as audiências iniciais quanto a processos de rito ordinário, e, quanto ao sumaríssimo, os processos são enviados, exclusivamente, para tentativa de conciliação;
 - b. As audiências iniciais geralmente são no formato presencial, às quartas-feiras, com inclusão em pauta e intimação das partes realizadas pela Vara do trabalho de origem, porém, a partir do mês de abril de 2024, estão sendo marcadas audiências telepresenciais;
 - c. Nas audiências iniciais, tenta-se, primeiramente, a conciliação, verificando-se, sempre que frustrada, se a defesa já consta dos autos, registrando-se em ata. Em caso negativo é concedida à parte a palavra para manifestação, em 20 (vinte) minutos, conferindo-se, em seguida, o prazo comum de 10 (dez) dias a fim de que sejam anexados os documentos, além do prazo, também comum, de 10 (dez) dias para manifestação sobre as provas anexadas;
 - d. A pauta está, atualmente, para 26.06.2024;
 - e. Marca-se a audiência de instrução na pauta da VT de origem, consignando-se, na ata, a data e a hora da audiência, com devolução dos autos.
- Em relação à 3ª Vara do Trabalho de Olinda:
 - a. São realizadas apenas as audiências iniciais quanto a processos de rito ordinário e, quanto ao sumaríssimo, os processos são enviados, exclusivamente, para tentativa de conciliação;
 - b. As audiências iniciais são, geralmente, telepresenciais, às quintas-feiras, com inclusão em pauta e intimação das partes realizadas pela Vara do trabalho de origem;
 - c. Nas audiências iniciais, tenta-se, primeiramente, a conciliação, verificando-se, sempre que frustrada, se a defesa já consta dos autos, registrando-se em ata. Em caso negativo, a palavra é concedida à parte para manifestação, em 20 (vinte) minutos, conferindo-se, em seguida, o prazo comum de 10 (dez) dias a fim de que sejam anexados os documentos, além do prazo, também comum, de 10 (dez) dias para manifestação sobre as provas anexadas;
 - d. A pauta está, atualmente, para 04.07.2024;
 - e. Marca-se a audiência de instrução na pauta da VT de origem, consignando-se, em ata, a data e a hora da audiência, com devolução dos autos.
- Em relação à 4ª Vara do Trabalho de Olinda:
 - a. São realizadas apenas as audiências iniciais quanto a processos de rito ordinário, e, quanto ao sumaríssimo, os processos são enviados, exclusivamente, para tentativa de conciliação;
 - b. As audiências iniciais são, geralmente, telepresenciais, às terças-feiras, com inclusão em pauta realizada pelo CEJUSC/1º GRAU de Olinda, cabendo à Vara de origem a intimação das partes;
 - c. A pauta está, atualmente, para 18.06.2024;
 - d. Nas audiências iniciais, tenta-se, primeiramente, a conciliação, verificando-se, sempre que frustrada, se a defesa já consta dos autos, registrando-se em ata. Em caso negativo, a palavra é concedida à parte para manifestação, em 20 (vinte) minutos, conferindo-se, em seguida, o prazo comum de 10 (dez) dias a fim de que sejam anexados os documentos, além do prazo, também comum, de 10 (dez) dias para manifestação sobre as provas anexadas, devolvendo-se os autos ao Juízo de origem.
- Em relação à 2ª Vara do Trabalho de Olinda e à Vara Única do Trabalho de São Lourenço da Mata, observa-se que não há realização de audiências iniciais, recebendo-se apenas processos para tentativa de conciliação que são encaixados, oportunamente, em pauta.
- Há observância do procedimento previsto no Ato TRT-GP n.º 306/2017, na hipótese de conciliação frustrada, quando se trata de reclamação trabalhista no rito ordinário (recebimento da defesa/documentos, dos quais se dará vista à parte contrária para manifestação, ocasião em que serão designados data e horário da audiência em prosseguimento, a ser realizada na Vara do Trabalho de Origem, de acordo com a parametrização fixada pelo magistrado competente para o feito, ficando cientes as partes de que deverão comparecer para prestar depoimento pessoal, sob pena de confissão, bem assim quanto à ciência das partes de que, na audiência em



prosseguimento para instrução, deverão trazer espontaneamente suas testemunhas, nos termos da lei), conforme constatado nos Processos nºs 0000072-39.2024.5.06.0103, 0000082-83.2024.5.06.0103 e 0000995-08.2023.5.06.0101;

- Restou esclarecido, conforme orientação advinda do Juiz Coordenador, Dr. Antônio Augusto Serra Seca Neto, que seguidas as determinações constantes dos artigos 75 e 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Ato n. 141/CSJT.GP.SG, de 1º de dezembro de 2020 e Resolução CSJT nº 288 de 19 de março de 2021), mormente porque *“os processos são remetidos à unidade, e devolvidos mediante despacho devidamente registrado no sistema de acompanhamento processual”*.
- Observa-se os termos do artigo 9º do Ato TRT-GP nº 306/2017, quando da realização das audiências iniciais na Unidade, tendo sido destacado, entretanto, que *“as intimações das audiências iniciais são realizadas pelas varas do trabalho de origem”*.
- Há regularidade, em geral, de intimação às partes para tentativa de conciliação nas datas, locais e horários de audiências, de acordo com o art. 4.º, VI, do Ato TRT-GP nº 306/2017, conforme observado nos Editais de Notificação dos Processos nºs 0000678-49.2019.5.06.0101, 0000148-60.2024.5.06.0104 e 0000251-67.2024.5.06.0104.
- As sessões de audiência iniciais estão sendo realizadas, atualmente, nas terças, quartas e quintas feiras, em regra, enquanto as audiências de conciliação acontecem nas segundas e sextas-feiras.
- São normalmente incluídos, em pauta, para realização de audiências iniciais, por semana, 42 (quarenta e dois) processos, aproximadamente, além de 27 (vinte e sete) processos para realização de audiências de conciliação, ao que se somam os processos em que as partes conciliam, enviando enviam o formulário/petição de acordo.
- A presença física do Juiz, nas sessões de conciliação e mediação realizadas no CEJUSC/1º GRAU de Olinda, é a regra, podendo atuar como conciliador/mediador ou supervisor das atividades realizadas, estando sempre disponível às partes e advogados. O Magistrado Coordenador se faz fisicamente presente em 04 (quatro) dias por semana, das terças às sextas-feiras, permanecendo, às segundas-feiras, à disposição de forma remota, através de e-mail, telefone, reuniões *on line* pelo Zoom ou Google Meet.
- Nos termos de conciliação, há registro das condições avençadas e da natureza jurídica dos títulos abrangidos, conforme constatado, por amostragem, nos Processos n.os 0000859-02.2023.5.06.0104, 0000148-60.2024.5.06.0104 e 0001221-04.2023.5.06.0104, em atendimento ao art. 8.º da Resolução Administrativa TRT n.º 11/2017.
- O Power BI aponta que o prazo médio, para ocorrência de audiência no CEJUSC/1º GRAU de Olinda, é de 29,6 (vinte e nove vírgula seis) dias, conforme informação disponível em 19/04/2024.
- Há organização das pautas de audiências de tentativa de conciliação pelas Varas do Trabalho, com ocorrência, em todos os dias da semana, das sessões de audiências. As segundas e sextas-feiras são destinadas às audiências de conciliação de todas as unidades, enquanto, em regra, as terças-feiras são destinadas à 4ª VT de Olinda, às quartas-feiras à 1ª VT de Olinda e às quintas-feiras são reservadas à 3ª VT de Olinda, destacando-se, oportunamente, que as audiências da 2ª VT de Olinda e da VT de São Lourenço, são encaixadas na pauta, verificando-se a data mais próxima possível.
- Há fixação da pauta de audiências em local visível aos jurisdicionados, consoante art. 4.º, II, do Ato TRT-GP n.º 306/2017.
- Os trabalhos das mesas conciliatórias são conduzidos pelos conciliadores, que, conforme informado, participaram de curso específico para conciliadores (nos moldes do art. 10 do Ato TRT-GP n.º 306 de 2017, e em atendimento ao art. 3.º, II, da Resolução n.º 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho), estando cientes de que ficam sujeitos ao Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, estabelecido no anexo II da mencionada Resolução.
- Os conciliadores tanto podem registrar as propostas de acordo em formulário próprio, sendo assinadas pelas partes e digitalizadas para posterior elaboração dos termos de conciliação, quanto podem reduzir a termo, em audiência, as condições do acordo.
- Há exigência da presença do advogado do reclamante nas sessões de audiência, segundo procedimento informado pela unidade, em conformidade com o art. 6.º, § 1.º, da Resolução n.º 174/2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e constatado, por amostragem, nas audiências relativas aos Processos nºs 0001010-65.2023.5.06.0104, 0000859-02.2023.5.06.0104 e 0000108-78.2024.5.06.0104, sendo que, em situações excepcionais, sem a presença do advogado, o conciliador sempre consulta o Juiz Coordenador sobre a possibilidade de ocorrência do acordo. Em se tratando de demanda espontânea, sem a presença de advogado, a conciliação é condicionada, com prévio contato com os patronos das partes.
- Realizam-se as conciliações/mediações em espaço físico que contém 03 (três) mesas redondas, assegurando-se a privacidade das partes e advogados, tal como estabelecido pela Resolução n.º 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- A expedição de notificações das audiências iniciais e a inclusão dos processos em pauta são, em regra, realizadas pelas Varas do Trabalho de Olinda, em razão da impossibilidade de serem executadas pelo



CEJUSC/1º GRAU de Olinda, uma vez que todos os processos do rito ordinário de 03 (três) Varas do Trabalho de Olinda são remetidos ao Centro de Conciliação.

- Atualmente, em regra, os ofícios e mandados relativos ao cumprimento das decisões exaradas no CEJUSC/1º GRAU de Olinda são realizados pelas respectivas Varas do Trabalho.
- Em regra, há disponibilização do termo de conciliação no mesmo dia em que homologado, em relação aos processos que já estavam agendados em pauta.
- Há divulgação, na página eletrônica deste Regional, dos canais disponibilizados aos jurisdicionados para conciliação.
- No caso das audiências de tentativa de conciliação, para todas as Varas de Olinda e a de São Lourenço da Mata, o CEJUSC inclui na pauta e intima as partes.

5.4. TEMPO DE ESPERA DO JURISDICIONADO: Consoante informações constantes no sistema Observatório do TRT6, quanto ao item “Audiências Designadas”, atualização em 19/04/2024, verifica esta Corregedoria que o tempo de espera do jurisdicionado do momento em que o processo chega na unidade, em regra é de 29,6.

Verifica-se que no período compreendido entre as datas 18/07/2023 a 23/04/2024, a Unidade realizou a seguinte quantidade de audiências:

Tipo da Audiência	Presencial	Telepresencial	Quantidade
Conciliação em Conhecimento	322	553	875
Inicial	406	824	1230
Conciliação em Execução	21	164	185
Conciliação em Conhecimento - Semana Nacional de Conciliação	21	64	85
Conciliação em Execução - Semana Nacional de Execução	51	40	91
Conciliação em Execução - Semana Nacional de Conciliação	2	8	10
Inicial (rito sumaríssimo)	-	1	1
Instrução	-	2	2
Total	823	1656	2479

5.5. PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS: No tocante ao período compreendido entre a correição anterior e a data de hoje, não houve a formalização, em face da Unidade Judiciária, de pedido de providência e/ou reclamação correicional.

5.6. OUVIDORIA (RELATÓRIO DE DEMANDAS RECEBIDAS): No tocante ao período compreendido entre 19/07/2023 a 23/04/2024, não foram registradas na Ouvidoria Regional (TRT6) manifestações referentes ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau de Jurisdição (CEJUSC JT/1º Grau) – Unidade Olinda, conforme Ofício TRT6 - Ouvidoria nº 010/2024.

6. QUANTITATIVO DE PROCESSOS REMETIDOS AO CEJUSC, DEVOLVIDOS E PENDENTES DE DEVOLUÇÃO: informações obtidas no E-Gestão, em 24/04/2024, para o período correicionado (período de 01º/08/2023 a 31/03/2024):

Unidade Judiciária	Fase de Conhecimento	Fase de Liquidação	Fase de Execução



	Remetido para o CEJUS C	Devolvido pelo CEJUS C	Pendente de devolução pelo CEJUS C - Em 31/03/24	Remetido para o CEJUS C	Devolvido pelo CEJUS C	Pendente de devolução pelo CEJUS C - Em 31/03/24	Remetido para o CEJUS C	Devolvido pelo CEJUS C	Pendente de devolução pelo CEJUS C - Em 31/03/24
1ª VT Olinda	769	769	9	18	18	1	66	75	3
2ª VT Olinda	4	3	1	6	6	0	84	86	4
3ª VT Olinda	442	442	1	5	5	0	35	36	1
4ª VT Olinda	947	960	21	2	2	0	30	31	0
VT de São Lourenço da Mata	3	3	-	0	0	0	1	1	0

Fonte: e-gestão.

6.1 - ESTATÍSTICA:

6.1.1 - COMPETÊNCIA: 01/04/2023 a 31/03/2024

Abril/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	87	51	36	448
2ª VT Olinda	6	2	4	16
3ª VT Olinda	19	4	15	176
4ª VT Olinda	139	62	77	416



VT São Lourenço	5	1	4	10
TOTAIS	256	120	136	1.066

Maio/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	99	51	48	410
2ª VT Olinda	11	1	10	55
3ª VT Olinda	23	10	13	120
4ª VT Olinda	130	39	91	480
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	263	101	162	1.065

Junho/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	92	51	41	314
2ª VT Olinda	19	2	17	316



3ª VT Olinda	42	10	32	165
4ª VT Olinda	85	17	68	60
VT São Lourenço	2	0	2	0
TOTAIS	240	80	160	855

Julho/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	48	24	24	186
2ª VT Olinda	4	1	3	4
3ª VT Olinda	24	5	19	90
4ª VT Olinda	46	32	14	173
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	122	62	60	453

Agosto/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas



1ª VT Olinda	82	39	43	307
2ª VT Olinda	8	2	6	8
3ª VT Olinda	33	4	29	54
4ª VT Olinda	103	32	71	88
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	226	77	149	457

Setembro/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	88	43	45	336
2ª VT Olinda	18	3	15	26
3ª VT Olinda	28	7	21	51
4ª VT Olinda	100	40	60	358
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	234	93	141	771



Outubro/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	72	26	46	266
2ª VT Olinda	11	1	10	19
3ª VT Olinda	20	5	15	41
4ª VT Olinda	92	24	68	370
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	195	56	139	696

Novembro/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	100	48	52	391
2ª VT Olinda	11	4	7	24
3ª VT Olinda	68	23	45	251
4ª VT Olinda	96	29	67	346
VT São Lourenço	0	0	0	0



TOTAIS	275	104	171	1012
---------------	------------	------------	------------	-------------

Dezembro/2023				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	75	33	42	283
2ª VT Olinda	8	0	8	4
3ª VT Olinda	34	10	24	63
4ª VT Olinda	53	19	34	77
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	170	62	108	427

Janeiro/2024				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	44	18	26	147
2ª VT Olinda	11	2	9	17
3ª VT Olinda	14	5	9	51



4ª VT Olinda	39	12	27	139
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	108	37	71	354

Fevereiro/2024				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	71	37	34	283
2ª VT Olinda	23	3	20	11
3ª VT Olinda	70	8	62	294
4ª VT Olinda	67	24	43	245
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	231	72	159	833

Março/2024				
Vara do Trabalho	Número de Audiências Realizadas	Número de Processos Conciliados	Número de Processos Não Conciliados	Número de Pessoas Atendidas
1ª VT Olinda	81	40	41	308



2ª VT Olinda	13	3	10	11
3ª VT Olinda	38	3	35	133
4ª VT Olinda	51	17	34	229
VT São Lourenço	0	0	0	0
TOTAIS	183	63	120	681

6.1.2 - Valor total dos acordos/conciliações (mês a mês):

Mês/Ano	Valor total dos acordos/conciliações (R\$)
Abril/2023	1.439.271,02
Maio/2023	1.577.729,75
Junho/2023	855.875,31
Julho/2023	1.220.043,99
Agosto/2023	1.134.077,66
Setembro/2023	1.305.781,10
Outubro/2023	460.338,58
Novembro/2023	2.015.152,89
Dezembro/2023	591.505,92
Janeiro/2024	417.070,84
Fevereiro/2024	928.896,09
Março/2024	1.220,043,99
TOTAL	13.165.787,10

6.1.3 - Índice de conciliação (mês a mês).

Mês/Ano	Índice de Conciliação(%)
Abril/2023	46,88
Maio/2023	38,26
Junho/2023	33,33
Julho/2023	50,82
Agosto/2023	34,07



Setembro/2023	39,57
Outubro/2023	28,72
Novembro/2023	37,86
Dezembro/2023	36,05
Janeiro/2024	33,94
Fevereiro/2024	31,03
Março/2024	34,24
MÉDIA	37,06

6.1.4. Valor total do recolhimento de contribuições previdenciárias, custas e Imposto de Renda (mês a mês):

Mês/Ano	INSS (R\$)	Custas (R\$)	IR (R\$)
Abril/2023	136.805,45	17.448,73	0,00
Maio/2023	38.802,79	19.038,45	70,00
Junho/2023	62.552,38	14.811,71	2.340,00
Julho/2023	63.504,97	12.856,46	1.384,15
Agosto/2023	82.280,95	18.012,59	0,00
Setembro/2023	101.934,94	20.287,01	0,00
Outubro/2023	43.194,59	9.093,78	0,00
Novembro/2023	125.280,83	36.724,20	0,00
Dezembro/2023	38.347,86	9.502,28	0,00
Janeiro/2024	8.680,44	6.312,98	0,00
Fevereiro/2024	83.508,08	15.729,96	403,00
Março/2024	57.451,48	25.895,03	0,00
TOTAIS	842.344,76	205.713,18	4.197,15

6.2. Quantitativo de atos praticados (ofícios, notificações, mandados, certidões) e de processos em pauta:

Inicialmente, destacou a Conciliadora-Chefe que os números dos atos processuais (certidões, intimações e mandados) não são informados pelos sistemas PJe, AUD 4 e Quer Conciliar. Portanto, estimou o quantitativo com base nas audiências realizadas.

	CERTIDÕES	INTIMAÇÕES	MANDADOS	OFÍCIOS	EM PAUTA
Abril/23	256	256	25	02	256
Maio	263	263	26	02	263



Junho	240	240	24	02	240
Julho	122	122	12	02	122
Agosto	226	226	22	02	226
Setembro	234	234	23	02	234
Outubro	195	195	19	02	195
Novembro	275	275	27	02	275
Dezembro	170	170	17	02	170
Janeiro/24	108	108	10	02	108
Fevereiro	231	231	23	02	231
Março	183	183	18	02	183
TOTAL	2.503	2.503	256	24	2.503

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO DISPONIBILIZADOS:

A Unidade está disponível, para efeito de interação/comunicação, através dos telefones: (81) 9.8773.4983 / (81) 3429.0381 e do e-mail: cejuscolinda@trt6.jus.br

8. BOAS PRÁTICAS ADOTADAS:

Noticia o Juiz do Trabalho /Coordenador as seguintes boas práticas adotadas pela Unidade:

- a) A unidade elabora tutoriais sobre os procedimentos mais utilizados para facilitar as orientações para novos servidores/estagiários/aprendizes;
- b) Este CEJUSC utiliza modelos com variáveis para elaboração de atas de audiência, despachos e certidões. Com as variáveis que incluem dados automaticamente (a exemplo do número do processo, data e hora da audiência, etc). Esses modelos minimizam bastante a possibilidade de erros, além de tornar o trabalho mais eficiente;
- c) Disponibilização de formulário e orientações em prol do acordo para os interessados;



d) O CEJUSC-JT de Olinda se comunica com os jurisdicionados (inclusive quando da realização de audiência de conciliação) e advogados por vários meios: pessoalmente, telefone fixo, telefone móvel, balcão virtual, WhatsApp;

e) No CEJUSC de Olinda fortalecemos, todos os dias, a cooperação e o trabalho em equipe e isso na prática funciona bem, principalmente, com relação a boa prestação dos serviços públicos aos nossos clientes internos (nossos colegas: do quadro, terceirizados e estagiários) e externos (advogados, partes, familiares e público em geral).

f) Cada conciliador ficou responsável por determinados dígitos, para controle da movimentação processual na unidade. Assim, o sistema atribui o responsável pelo processo, automaticamente, desde a triagem inicial até a devolução dos autos à unidade de origem.

9. RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES:

- Continuar cumprindo o Ato TRT Nº 306/2017 de 30/10/2017 (alterada pelo Ato TRT Nº 137/2019 de 20/05/2019), que disciplina o funcionamento dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas no 1º Grau de Jurisdição – CEJUSCs-JT/1º Grau;

- Implementar na rotina da Unidade a consulta ao painel “Tramitação Prioritária - Idosos”, disponível no Observatório do TRT6, a fim de garantir o cumprimento do art. 1.048 do CPC;

- Aconselhar a Secretaria que eventuais sugestões de melhoria/correção do sistema PJe sejam encaminhadas ao endereço eletrônico do Comitê Gestor Regional do PJe (pje-cgr@trt6.jus.br);

- Orientar que a Gestora ou o Gestor da Unidade monitore o cumprimento, pela equipe, das disposições contidas no ATO TRT-GP 367/2013, em observância ao artigo 12 do referido normativo: “Integra o rol de competências estratégicas do Gestor da unidade promover a saúde entre os seus colaboradores, gerenciar a equipe na realização dos exames periódicos, bem como estimular a participação nos projetos de saúde ocupacional e em outras atividades relacionadas à qualidade de vida no trabalho.”, tendo em vista a importância da realização de tais exames para prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho.

- Estimular entre magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Unidade a prática de atividades esportivas e a participação no Grupo de Esportes do TRT-6 (Grude6).

10. SOLICITAÇÕES DA UNIDADE:

Na oportunidade da correição, a Conciliadora-Chefe registrou as seguintes solicitações:

“1 – Aprimorar o sistema de dados estatísticos, com a implementação de sistema computacional, que aproprie automaticamente e de forma precisa todos os dados relevantes para a estatística em tempo real;

2 – Que os dados, com relação aos números dos atos processuais (certidões, intimações e mandados) sejam sistematizados e informados pelos sistemas judiciais disponíveis no TRT6: PJe, AUD 4 ou Quer Conciliar;

3 – Seria importante, ainda, que o próprio PJe gerasse as informações – no campo de verificar atas de audiência, deveria conter no item resultado – a opção de marcar, no caso de audiência de conciliação – se ela foi frustrada (quando as partes comparecem, porém não houve acordo) ou prejudicada (quando o conciliador não teve a oportunidade de tentar a conciliação, pois as partes não compareceram) – com isso poderia gerar uma estatística mais detalhada, onde mostraria a porcentagem de processos que efetivamente poderia ser solucionados por uma composição amigável.”

11. RELATOS/RECLAMAÇÕES/ELOGIOS NO DIA DA CORREIÇÃO: Sendo dada oportunidade, às partes, advogadas, advogados e demais interessadas e interessados (público em geral), para a apresentação de relatos/reclamações/elogios, junto à equipe de correição, relativamente à Unidade, consoante previsão em Edital de Correição, o Desembargador Corregedor agradeceu em nome da Administração do Tribunal o relevante trabalho prestado pela Unidade, como também proferiu elogios à equipe e ao Magistrado, e ainda às integrantes e aos integrantes da equipe de Correição deste Regional. A



Excelentíssima Juíza Auxiliar da Corregedoria, Renata Conceição Nóbrega Santos, iniciou sua fala realizando a autodescrição, a fim de fomentar a inclusão de todos e todas, reiterou os agradecimentos proferidos pelo Desembargador Corregedor. O Excelentíssimo Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do 1º Grau de Jurisdição – CEJUSC JT/1º Grau de Olinda/PE, Antônio Augusto Serra Seca Neto, agradeceu a presença do Desembargador Corregedor, ressaltando o êxito da Administração na representação do TRT da 6ª Região, aduzindo que se sente orgulhoso de o Tribunal tentar caminhar para dar um resultado satisfatório à sociedade. Destacou, lado outro, que aprendeu com a Juíza Titular um olhar voltado ao atendimento das pessoas, dos trabalhadores, e que levou isto para o CEJUSC, para os conciliadores. Registrou a alegria de suceder a Juíza Ana Cristina da Silva na coordenação do CEJUSC de Olinda. Verbalizou agradecimentos à equipe da 1ª Vara e do CEJUSC, com testemunho de um grande trabalho realizado por todos e todas, sempre com comprometimento e que se sente acolhido e feliz na 1ª Vara do Trabalho e no CEJUSC de Olinda. O Conciliador-Chefe Substituto, Luiz Prestes Tenório Cavalcanti Neto, registrou que seguiu o trabalho que já vem sendo bem realizado, bem como agradeceu ao Magistrado Coordenador e à equipe, que destacou ser maravilhosa. Ressaltou também a importante parceria com a 1ª Vara do Trabalho na condução das atividades. Na sequência, o estagiário Renato Gabriel Oliveira e Silva aduziu que passou em terceiro lugar no concurso e teve a sorte de ser lotado no CEJUSC e trabalhar com os antigos estagiários da Unidade, que também eram seus colegas. Agradeceu à equipe do CEJUSC e da 1ª Vara pelo acolhimento e ensinamentos. Asseverou que aprende muita coisa no estágio e procura levar para o seu dia a dia, inclusive no lado pessoal.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A execução dos serviços inerentes à Unidade ocorre dentro da normalidade, inclusive porque não houve queixa, até a presente data, quanto à ocorrência de equívoco(s) que pudesse(m) ter acarretado prejuízo(s) às interessadas, aos interessados ou às Varas Trabalhistas.

Encerrados os trabalhos, o Excelentíssimo Corregedor Regional, Desembargador Fábio André de Farias agradeceu a acolhida, determinando que, lavrada e assinada, fosse disponibilizada esta ata na página da Corregedoria, no sítio deste Regional (www.trt6.jus.br), além de publicada, em sua íntegra, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT, entregando-se cópia à Unidade Judiciária, sob correição, via PJE-Cor, e à Presidência do Egrégio Regional, por Email, para conhecimento e providências pertinentes. Firmam a presente Ata o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional e a Secretária da Corregedoria Regional.

FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS

Desembargador Corregedor Regional

RENATA MARIA PESSÔA MARANHÃO DE LIMA

Secretária da Corregedoria Regional

Ata Correição 23/2024 de 25/04/2024.